

## ***Sócio-historiografia de uma categoria: as favelas e suas representações sociais***

---

*Fernanda Delvalhas Piccolo*

*A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*

*Licia do Prado Valladares*

*Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. 204p.*

No Rio de Janeiro, uma das experiências percebidas e vividas pelos seus moradores como tendo grande potencial para gerar conflitos é a relação entre as favelas e a cidade e, principalmente, entre uma favela e o bairro no qual ela está inserida. Isso parte de uma representação da cidade “[bi]partida”, que opõe favela e asfalto. O asfalto é símbolo de ordem e de medo; a favela, sinônimo de carência, desordem e violência.

Para compreendermos o vigor dessa representação social é de importância fundamental conhecermos o processo de sua construção, desde o surgimento do fenômeno da favela, no final do século XIX, até os dias atuais. Nesse sentido, o livro *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com* torna-se leitura essencial e obrigatória para qualquer estudioso, de diferentes áreas e perspectivas, que se dedique ao tema da habitação nas camadas populares brasileiras, particularmente em uma de suas formas: as favelas.

---

*Nota:* Fernanda Delvalhas Piccolo é professora da Universidade Severino Sombra.

---

*Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 38, julho-dezembro de 2006, p. 128-134.

A obra da socióloga Licia do Prado Valladares é fruto de 40 anos de reflexões, pesquisas quantitativas, trabalhos de campo e revisões bibliográficas analíticas que foram apresentadas pela autora em diversos artigos e livros e cujo objeto são as favelas cariocas.<sup>1</sup> Para construir seus argumentos, Valladares utiliza inúmeras fontes de informação, como os dados coletados em suas pesquisas anteriores, fontes documentais e bibliográficas e entrevistas com diferentes atores que pensaram e atuaram nas favelas do Rio de Janeiro.

Sua trajetória é apresentada na introdução da obra, tendo em vista que a biografia do pesquisador relaciona-se com as interrogações que ele faz. Nos capítulos seguintes, Valladares expõe e discute a construção das representações sociais sobre a favela carioca ao longo dos últimos cem anos, buscando abordar esse processo historicamente. Essa perspectiva não evoca simplesmente a historiografia oficial, embora ela não seja esquecida ou ignorada, mas apresenta ao leitor a história das idéias, imagens e percepções sobre o fenômeno da favela nos contextos políticos local, nacional e, muitas vezes, internacional.

A obra constitui-se “num precioso exercício de sociologia da sociologia, de história das idéias e de políticas sociais”, o que o torna “um marco na história das ciências sociais no Brasil” (p. 11), como destaca o antropólogo Gilberto Velho, na apresentação do livro.

A preciosidade do livro reside no fino trabalho que, ao mesmo tempo, indica como a favela foi-se construindo como problema sociológico, e efetua uma desconstrução de seus mitos e de sua história oficial mediante o estabelecimento das relações entre representações sociais, políticas públicas e interesses diversos, e por vezes divergentes, sobre a favela. O ponto de partida é a idéia de que a categoria favela, tal como utilizada hoje em dia tanto no meio acadêmico como nas mídias, é o resultado das sucessivas representações construídas pelos distintos atores mobilizados pela favela.

Realizando uma sócio-história dos pensadores da favela, Valladares mostra como diferentes atores sociais, nacionais e estrangeiros, com perspectivas e interesses distintos, criaram um campo de estudos sobre esse objeto social e urbano. Campo este que construiu seu próprio objeto – a favela –, a partir de um mito de origem: a analogia com o povoado de Canudos, tal como descrito por Euclides da Cunha em *Os sertões* (1902). A partir dessa analogia, no decorrer do século XX, foram ocorrendo nas representações transformações relacionadas às mudanças no contexto social e político e à entrada em cena de novos atores, que analisaram e entrevistaram sobre e nas favelas cariocas. Os diferentes atores, muitas vezes, formavam uma rede social que possibilitava a efetivação de suas reflexões e ações em torno da favela, fosse no engajamento em campanhas contra ou a favor, fosse para a realização de pesquisas ou de intervenções político-administrativas.

Assim, vemos serem desenredadas da situação sociopolítica as representações sociais sobre as favelas e os favelados, em particular, e sobre a pobreza e os

pobres, em geral, o que nos possibilita perceber como a favela foi inventada, construída e, hoje, está naturalizada.

O interesse sobre a história e a gênese das idéias e das representações sobre as favelas liga-se, ainda, ao impacto da produção de saber sobre a formulação e efetivação de políticas públicas. Valladares analisa as etapas da invenção da favela: sua gênese; sua transformação em “problema social”; os projetos e as políticas administrativas voltados para o “problema”; a necessidade de produção de dados oficiais e a realização dos primeiros recenseamentos, em 1948 e 1950; a sua legitimação como objeto privilegiado das ciências sociais, quando o assunto é, principalmente, a pobreza e os pobres.

No primeiro capítulo, a autora faz uma reflexão sobre o surgimento da favela, sua construção pelos seus primeiros observadores e sua transformação em categoria. O livro de Euclides de Cunha, *Os sertões*, serviu de base para essas interpretações do fenômeno da ocupação dos morros cariocas pela população pobre. Esses espaços passaram a ser chamados genericamente de favelas – apelido dado, inicialmente, apenas ao Morro da Providência. As representações sociais de Canudos foram transpostas às favelas, que passaram a ser vistas como locais onde imperariam inúmeras “carências”. “Carência” de bens materiais, devido a habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem esgoto, água ou luz; e de civilidade, já que sua população era vista como marginal, criminosa, perigosa, “carente” de moralidade. As favelas eram interpretadas, ainda, como lugares sem a presença do Estado e com uma organização social de comunidade.

Nesse contexto, após sua descoberta, a favela passa a ser vista como símbolo do atraso, um entrave ao desenvolvimento e à modernização do país. Rapidamente foi transformada e incluída no rol dos “problemas sociais” – sanitário, legal, urbanístico e estético –, em decorrência da representação que a ligava à idéia de chaga, de mal contagioso no espaço da cidade, que devia ser combatido. Orientados por esta representação, médicos, engenheiros e intelectuais se debruçaram sobre o tema, tanto a serviço do Estado quanto por iniciativas de setores da elite da carioca, e elaboraram diversos planos de intervenção, com objetivos reformistas, sanitários e de “embelezamento” da cidade.

Com a ditadura de cunho populista e clientelista de Getúlio Vargas, instaurada pela Revolução de 1930, emerge uma nova etapa nas representações sociais. Ao lado da perspectiva higienista, a favela passa a ser reconhecida no Código de Obras de 1937, e a necessidade de melhoria nas condições de vida dos favelados é percebida. Em função disto, aparece, nos anos 1940, a preocupação em conhecer esse território e seus habitantes. São produzidos dados estatísticos oficiais sobre a população favelada e um estudo de caso realizado por uma assistente social. Estes estudos serviram de base para a política de construção dos Parques Proletários no período de 1941-1944.



No final dos anos 1940, organismos oficiais passaram a coletar, analisar e produzir dados oficiais, mediante os recenseamentos de 1948 e de 1950, realizados pelo IBGE. O diretor do IBGE estabeleceu uma definição geral de favela, sob o título de “aglomerado subnormal”.

Nesse período, acirra-se o debate sobre o destino das favelas, polarizado entre aqueles que defendem as favelas e seus habitantes, destacando-se a Igreja Católica, e aqueles reunidos em movimentos antifavelas, como a campanha “A Batalha do Rio”, lançada na imprensa pelo jornalista Carlos Lacerda.

No segundo capítulo, Valladares analisa outros momentos da história da produção de representações e conhecimentos sobre as favelas, entre os anos 1950 e final de 1960. Emergem duas características: a valorização da favela como comunidade e a inauguração de trabalhos de pesquisa de campo, com métodos das ciências sociais.

A valorização e o reconhecimento de fato das favelas se deu através das representações e atuações da Igreja Católica sobre esse espaço, ao qual impôs o estatuto de comunidade. Foram criadas a Fundação Leão XIII, em 1947, e a Cruzada São Sebastião, em 1955, mediante a atuação de Dom Helder Câmara, principal responsável por uma grande campanha em defesa dos favelados do Rio de Janeiro. O princípio orientador era o do desenvolvimento comunitário, com a participação dos próprios moradores, vistos como sujeitos políticos.

Valladares aponta para o contexto sociopolítico e para as redes sociais pelas quais as primeiras pesquisas de campo em favelas foram realizadas por sociólogos e não sociólogos. O estudo sociológico pioneiro foi o realizado pela Sagramacs, sob a orientação do padre francês Lebret. Utilizando diversas fontes de dados sobre diferentes aspectos da vida política, cultural e social das favelas, fez ressaltar as diferenças entre elas. O diretor da pesquisa, o sociólogo José Arthur Rios, após a publicação do estudo, passou a atuar em organismos governamentais, elaborando propostas de atuação nas favelas.

Lembrando que os estudos científicos têm implicações sociais, Valladares indica o contexto e os interesses com que o jornal paulista *O Estado de São Paulo* financia e publica esse estudo sobre as favelas cariocas. Tal estudo definiu uma agenda de pesquisa sobre as favelas do Rio que se impôs às gerações seguintes de sociólogos e pesquisadores. No relatório, as favelas são analisadas e mostradas como realidades heterogêneas, assim como sua população.

Uma rede de pesquisadores com relações interpessoais e interessados na pobreza no Rio de Janeiro foi-se constituindo a partir da Sagramacs e de seu estudo. Entre eles, Anthony Leeds e os *Peaces Corps* – jovens americanos que, nos anos 1960, estavam em uma dezena de favelas do Rio, buscando fazer o desenvolvimento comunitário. A missão desses voluntários fracassou, mas muitos se tornaram observadores participantes da vida social nesses espaços, mediante o in-

centivo do antropólogo americano Anthony Leeds. Segundo Valladares, muitas dimensões salientadas por esses primeiros pesquisadores, como sua heterogeneidade e sua consideração como um bairro pobre integrado à cidade, perderam-se ao longo dos últimos 20 anos nos estudos sobre as favelas.

No terceiro capítulo, Valladares analisa uma nova fase das representações e saberes sobre as favelas, relacionada à universidade e à criação das pós-graduações em ciências sociais. Com a demanda de produção de pesquisas e teses, abriu-se um vasto espaço para estudos sobre a pobreza urbana. Nesse período aumentaram e diversificaram-se os atores envolvidos e a produção sobre as favelas, que passaram a ser estudadas nas diferentes áreas do conhecimento, com abordagens e metodologias distintas. As Ongs entraram em cena, realizando pesquisas e ações, expondo os resultados em *sites* na Internet e levando a favela para o mundo.

No hibridismo entre as tradições francesa e americana, a sociologia e a antropologia urbanas utilizaram diferentes teorias para a análise e a interpretação da pobreza e das favelas. Entre elas, a teoria da marginalidade e a idéia de “cultura da pobreza”, nos anos 1960, e a perspectiva dos movimentos sociais urbanos, durante os anos 1970 e 1980.

Embora estudos como o da Sigmund e os de Leeds, entre outros, tenham iniciado e prosseguido o questionamento das representações tradicionais sobre os habitantes das favelas, eles não foram suficientes para atingir as representações que estruturavam o imaginário coletivo das elites e para transformar as políticas públicas. Assim, nos anos 1960 e 1970, os favelados eram percebidos como fruto de um processo marcado pela marginalidade social, o que serviu como justificativa ideológica para a operação antifavela, com as remoções empreendidas pelo governo estadual, com financiamento federal.

Concomitantemente à política de remoção, e a partir de críticas locais, nacionais e internacionais às soluções tradicionais para o “problema das favelas”, emergiu uma nova política de intervenção pública, visando à sua urbanização. A favela passou então a ser vista como solução de moradia para os pobres, que foram chamados a participar. Este processo é interpretado por diversos atores como movimentos sociais urbanos – visão criticada por Valladares, por considerá-la mais militante do que sociológica.

Valladares analisa um *corpus* bibliográfico constituído de 838 textos sobre as favelas cariocas produzidos nos últimos anos, levando em consideração conjunturas mais amplas que estão fora da universidade e contribuem para as flutuações na agenda de pesquisa. Indica uma periodização nessas publicações, relacionada a interesses distintos dos pesquisadores, advindos da evolução da pobreza e das diferentes políticas públicas e urbanas referentes às favelas.

O interesse pelas favelas resulta também da inscrição, nos anos 1990, de dois temas na agenda das ciências sociais: violência e exclusão social. Os meios



de comunicação tiveram participação na definição desses temas, pois, por suas campanhas e reportagens, contribuíram para a sensação de insegurança dos cidadãos. As favelas adquiriram uma nova dinâmica social, caracterizada, em particular, pelo papel crescente do tráfico de drogas, inclusive no financiamento dos serviços locais e no domínio das associações de moradores.

Por outro lado, ocorre uma diluição no interesse pelas favelas como forma social urbana, e ela se torna um cenário para estudar temas diversos: violência, religião, educação etc. Como analisa Valladares, do universo de mais de 700 favelas cadastradas, devido a razões diversas, apenas duas dezenas são estudadas.

Emergem, desse conjunto de estudos examinados, algumas características comuns, que a autora denomina “dogmas”. Entre eles, a afirmação da existência de uma especificidade e de uma unidade da favela, e a consideração da favela como *locus* da pobreza urbana e da exclusão social moderna. Estes dogmas acarretam conseqüências metodológicas importantes: por exemplo, a dualização da cidade do Rio de Janeiro em favela e não-favela, como apontei no início desta resenha.

Os responsáveis pelas políticas públicas, as Ongs, as associações de moradores e os pesquisadores, ressalta Valladares, têm interesse em manter e preservar esses “dogmas”, pois eles justificam e asseguram a própria continuidade de seu trabalho. Assim, são ignorados os fatos de que as favelas estão na Internet, possuem TV a cabo, fazem parte do roteiro de agências de turismo e se tornaram, para alguns, um grande mercado.

Por fim, Valladares propõe que as favelas deixem de ser o campo privilegiado para o estudo das mais variadas questões ligadas à pobreza. Esta proposta visa à desconstrução da íntima relação estabelecida, por diversos atores, entre favela e pobreza, pois, “só assim deixaremos de confundir favela e pobreza” (p. 163).

### *Nota*

---

1. O livro originou-se da tese apresentada por Valladares (2001) para a obtenção da *Habilitation à Diriger des Recherches*, na Université Lumière – Lyon II, França. Entre outras publicações da autora, ver Valladares (1978) e Valladares e Medeiros (2003).

Referências bibliográficas

VALLADARES, Licia do Prado. 1978.  
*Passa-se uma casa: análise do Programa  
de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.*  
Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_. 2001. *L'invention de la favela.*  
*Habilitation à diriger des recherches.*  
Université Lumière, Lyon II.

VALLADARES, Licia do Prado e  
MEDEIROS, Lídia. 2003.  
*Pensando as favelas do Rio de Janeiro,  
1906-2000: uma bibliografia  
analítica.* Rio de Janeiro,  
Relume-Dumará, Faperj,  
Urbadata.